



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11628 - Resumo Expandido - Trabalho - XVI Reunião da Anped Centro-Oeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 05 - Estado e Política Educacional

**BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC): A IMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO MÉDIO NA REDE ESTADUAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE DOURADOS (MS)**

Josiane Caroline de Souza Salomão Corrêa - UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

**BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC): A IMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO MÉDIO NA REDE ESTADUAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE DOURADOS (MS).**

**Introdução**

A presente pesquisa apresenta levantamento vinculado ao projeto de pesquisa de doutorado, em desenvolvimento, que tem como tema a organização da Base Comum Curricular (BNCC) e sua centralidade na política educacional atual com foco na implementação da BNCC para o Novo Ensino Médio no município de Dourados, Mato Grosso do Sul.

Objetiva-se analisar a implementação da BNCC para o Novo Ensino Médio rede pública estadual de Dourados-MS, com olhar centrado aos agentes dessa implementação. Para alcançar tal objetivo será utilizada pesquisa documental e de campo, de caráter qualitativo, na qual o foco está direcionado ao caráter subjetivo do objeto analisado. Adotar a análise documental sugere ser cauteloso com os métodos e técnicas de pesquisa diversos, quanto aos sujeitos e às fontes, como também a própria participação do pesquisador neste processo.

As fontes de pesquisa documentais compreendem: documentos escritos (legislações, orientações normativas e levantamento de dados em arquivos de instituições), imagens (registros iconográficos) e relatos orais, que são fundamentais para responder às

problematizações da pesquisa, sobretudo pela riqueza e complementariedade que os registros estabilizados de informações possibilitam.

Na pesquisa de campo, como procedimento metodológico pretende-se realizar entrevistas semiestruturadas como instrumentos de coleta de dados, com professores e alunos do Ensino Médio da rede estadual de Dourados-MS, a serem definidos a partir da escolha da ou das escolas que participarão da pesquisa, visto que este procedimento tem como característica questionamentos básicos sobre alguns assuntos que se relacionam ao tema da pesquisa, proporcionando não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade. No decorrer dos estudos e dos levantamentos iniciais da pesquisa, intenciona-se explicitar os anseios dos sujeitos que fazem parte desse processo. O recorte aqui proposto contextualiza a centralidade da BNCC na reforma do Ensino Médio.

### **Desenvolvimento**

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) conceitua-se em seu próprio texto como “um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica” (BRASIL, 2018, p.07). Em 2017 a BNCC tinha incluso em seu documento as etapas da Educação Infantil e Ensino Fundamental, já a etapa do Ensino Médio foi homologada pelo ministro da Educação em 14 de dezembro de 2018, durante sessão extraordinária do Conselho Nacional de Educação (CNE), incorporando também essa etapa de ensino ao documento. Segundo o Ministério da Educação, esperava-se que, “[...] a BNCC ajudasse a superar a fragmentação das políticas educacionais, [...]. Assim, para além da garantia de acesso e permanência na escola, é necessário que sistemas, redes e escolas garantam as aprendizagens a todos os estudantes, tarefa para a qual a BNCC é instrumento fundamental”. (BRASIL, 2017, p. 8).

Na prática, a BNCC define o conteúdo mínimo que será ensinado nas etapas da educação básica em todas as escolas públicas e privadas do país. Nesse sentido há um forte risco de que o ensino médio se torne inábil devido à extinção de disciplinas científicas como Física, Química, Biologia, Sociologia, História e outras nesta fase de formação dos jovens, esse direcionamento também contribui para o enfraquecimento do desenvolvimento da base científica da sociedade brasileira”.

A BNCC traz em seu texto introdutório que “os sistemas e redes de ensino e as instituições escolares devem se planejar com um claro foco na equidade, que pressupõe reconhecer que as necessidades dos estudantes são diferentes” (BRASIL, 2018, p.15). Para tanto, o Ministério da Educação (MEC) tem a expectativa de que as instituições e profissionais da educação aceitem as diversidades e não rejeitem as minorias sociais. No entanto ao engessar o trabalho pedagógico com as definições trazidas pela BNCC e ainda retirar disciplinas importantes para a formação cidadã, o documento cria lacunas no aprendizado e segrega os jovens que não terão condições de estudar em período integral,

também não terão à disposição todos os itinerários formativos importantes para formação plena, podendo escolher apenas entre um ou outro eixo formativo.

Vale salientar que os principais agentes de implementação dessa proposta, professores e alunos, não foram consultados ou considerados na elaboração inicial e final dela, tornando está ainda mais distante da realidade e das necessidades vivenciadas no contexto escolar.

A segunda versão do documento foi apresentada no mês de maio do ano de 2016, a qual foi vinculada aos Seminários Estaduais para ajuizamento e aportes. Ainda no ano de 2016, após Impeachment da Ex-presidente Dilma Rousseff, seu vice Michel Temer lançou a Medida Provisória 746/2016, cujo objetivo era a organização dos currículos do Ensino Médio, ampliando progressivamente sua jornada escolar e criando a Política de Fomento à implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (BRASIL, 2016). “Essa nova proposta para o currículo do Ensino Médio, além do aumento da carga horaria, foi proposto um currículo dividido por áreas de conhecimento e, não mais por disciplinas”. (SOUZA, 2020, p.20).

Com a intenção de analisar algumas nuances da política educacional, é importante pensar na elaboração de uma política como algo contínuo e temporal, para compreendê-la enquanto processo. Palumbo (1994) destaca esse processo em estágios, que são: a) preparação da agenda, na qual são determinadas as demandas que serão contempladas pela política pública; b) elaboração de políticas, que é Formação de um conjunto de ideias que tem o intuito de resolver as demandas elencadas anteriormente; c) efetivação, é a ação de colocar em prática a política elaborada, ou seja, criar programas que possibilitem essa política ser efetivada; d) avaliação, é a análise e consideração do quão efetivos e eficientes os programas elaborados são; e) finalização (como e porque uma política é encerrada). (PALUMBO, 1994, p.51).

Portanto, a apreciação da implementação de políticas se sustenta, de acordo com Frey (2000), na definição e elucidação do como e do porquê as ações são realizadas em busca de resultados determinados a serem obtidos. Assim podemos definir implementação como a execução de um conjunto de ações que visam atender demandas pré-estabelecidas de modo a ter efeito ou consequência à um resultado desejável.

Nesse sentido Ball (1994), explicita que o contexto de influência é “onde a política pública é normalmente iniciada. É aqui que os discursos políticos são construídos. É aqui que os partidos interessados lutam para influenciar a definição e os propósitos sociais da educação, determinam o que significa ser educado”. O autor aponta ainda duas arenas nas quais se dão essa influência, sendo a pública e a privada. (BALL, 1994, p. 19-20).

Identificamos então que, as redes sociais, os partidos políticos, os vídeos, as propagandas e demais grupos públicos e privados induziram na legitimidade e na concepção do discurso político da formulação da BNCC e da reforma do Ensino Médio como um todo, abarcando a lei 13.415/2017. Tudo isso diretamente ligado ao golpe político midiático, que tirou do cargo a presidenta Dilma Vana Rousseff, em 2016. Para Ball (2001) a visão

mercadológica da educação, “No contexto deste novo ambiente moral, o/a estudante é cada vez mais mercantilizado. Cada estudante é posicionado/a e avaliado/a de uma forma diferente no mercado educacional, [...] o mercado apela a uma economia do valor do/a estudante”. (BALL, 2001, p.108).

Conforme Hofling (2001, p.30) “Na análise e avaliação de políticas implementadas por um governo, fatores de diferentes natureza e determinação são importantes, [...] são complexos, variados, e exigem grande esforço de análise”. Estes diferentes aspectos devem estar sempre referidos a um contorno de Estado, pois no cotidiano de cada uma delas se materializam normas e definições da política educativa, interferindo nas condições de trabalho, na organização curricular, nas relações interpessoais e institucionais.

Cabe como desafio acompanhar e coletar dados de como se dará na prática a implementação do Novo Ensino Médio, na rede estadual de Dourados-MS. A partir do olhar dos agentes dessa implementação. Sem que deixemos de fora as grandes implicações sociais que está proposta traz consigo, uma vez que desconsidera a reais necessidades vivenciadas na escola pública. É nesse sentido que essa proposta de pesquisa almeja caminhar, com vistas a uma Tese de Doutorado.

Os caminhos percorridos na construção de uma política integral que garanta de forma básica, uma formação incorporada à realidade vivenciada na escola pública e com conjecturas que promovam a teoria e a prática em busca de uma educação transformadora e emancipadora, fez-se uma questão paradigmática para a pesquisadora a partir de sua inserção em espaços propícios para a discussão de Políticas Públicas Educacionais.

### **Considerações Finais**

A partir das discussões suscitadas nas reuniões de pesquisa, ficou evidente que toda a proposta de reforma do Ensino Médio e os direcionamentos da BNCC, desconsideraram em sua elaboração a participação dos professores e alunos dessa etapa da educação básica. E ainda que este tema esteja emergindo nas discussões e pesquisas acadêmicas, esse público ainda não teve sua voz de fato ouvida nas discussões. Tornando este um assunto ainda mais atrativo e relevante para comunidade científica.

**Palavras-chave:** Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Ensino Médio. Implementação.

### **REFERÊNCIAS**

- BALL, Stephen. Diretrizes Políticas Globais e Relações Políticas Locais em **Educação. Currículo sem Fronteiras**, v.1, n.2, p. 99-116, 2001. Disponível em: [www.curriculosemfronteiras.org](http://www.curriculosemfronteiras.org)99. Acesso em: 20 de nov. de 2021.
- BALL, Stephen. **Educational reform: a critical and post-structural approach. Buckingham:** Open University Press, 1994.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Audiências Públicas sobre a Base Nacional Comum Curricular** – Caderno técnico. Brasília: CNE, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. v. 2. Brasília: MEC, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em 11 out. 2021.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 21, p. 211-259, 2000.

HOFLING, ELOISA DE MATTOS. Estado e políticas (públicas) sociais. Cad. **CEDES** [online]. 2001, vol.21, n.55. ISSN 01013262. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-32622001000300003>.

PALUMBO, D. J. A abordagem de política pública para o desenvolvimento político na América. In: **Política de capacitação dos profissionais da educação**. Belo Horizonte: FAE/IRHJP, 1989. p. 35-61. (Original: PALUMBO, Dennis J. Public Policy in América – Government in Action. 2. ed. Tradução: Adriana Farah. Harcourt Brace & Company, 1994.

SOUZA, Gessica Mayara de Oliveira. **A Política Curricular da BNCC e o Ensino Médio: currículo e contexto**. Dissertação (Mestrado em Educação). João Pessoa, 2020. 114 f. Disponível em: <https://www.google.com/search?q=bncc+enquanto+politica+educacional+tese&client=firefoxbd&channel=nrow5&sxsrf=AOae1wiz#>. Acesso em: de 23 de nov. 2021.